

ALGUNS ASPECTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL

ISABEL NOEMIA RÜCKERT

Economista, Mestrado no IEPE/UFRGS, Técnico da Fundação de Economia e Estatística.

I – Considerações Iniciais

As empresas estatais não são um fenômeno tipicamente nacional. Elas surgem em todas as economias capitalistas, sobretudo em economias capitalistas periféricas.

A atividade empresarial do setor público tem sido objeto de diversos estudos, principalmente nos últimos anos. A despeito de não existir consenso em relação aos motivos que levaram o Estado a atuar na área produtiva, pode-se encontrar diversas razões para justificar essa atuação. Essas razões vão desde o preenchimento de espaços vazios, longo período de maturação de seus investimentos, alta relação capital/produto, baixa rentabilidade, até motivações de ordem ideológica como nacionalismo e segurança nacional.

Alguns autores consideram a interferência do Estado no âmbito econômico como sendo não planejada e sim decorrência de razões de política econômica, ou seja, a atuação do Estado nessa área teria ocorrido de forma circunstancial. Outros consideram a presença do Estado no campo econômico como resultante de uma ação intencional. Neste estudo, parte-se do ponto de vista de que a intervenção do Estado na área econômica ocorra no Brasil de forma não tão circunstancial e sim determinada pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista.

Existem diferentes abordagens teóricas que procuram explicar a atuação do setor público na área econômica e, principalmente, as novas funções assumidas pelo Estado.

Uma dessas concepções, a teoria neoclássica,¹ aceita a presença do Estado na área econômica em certas situações específicas, negando-a num âmbito mais global da economia. As justificativas apresentadas por essa corrente para a existência de um setor público decorrem de suas características técnicas próprias que se resumem em: indivisibilidade de determinados bens e serviços, ocorrência de "monopólios naturais" e bens geradores de economias externas. Um bem é indivisível quando só pode ser consumido em igual quantidade por todos, não sendo, portanto, sujeito ao princípio da exclusão. Esse tipo de bem não possui uma contrapartida

¹ L'HERITEAU, Marie-France. *Porquoi des interprises publiques?* Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

direta por sua utilização, sendo coberto pelos impostos. Os "monopólios naturais" justificam a possibilidade que tem o Estado de obter receitas oriundas da venda de bens e serviços. Existem certos bens e serviços aos quais a forma de mercado que melhor se ajusta é o monopólio, já que acarretaria desperdício de recursos e uma duplicidade de determinados serviços, se outra forma de mercado fosse adotada. Assim, a teoria neoclássica admite o monopólio para aquelas empresas que apresentam rendimentos crescentes. Sem a concorrência para fixar limites aos lucros, faz-se necessária a intervenção estatal que pode ser efetuada através do controle de preços, ficando a empresa a cargo da iniciativa privada ou através da exploração direta do Estado.

Após os neoclássicos, emerge a teoria keynesiana numa época de crise (década de 30) do sistema capitalista. Keynes, com sua teoria, insere o Estado dentro da economia, teorizando sobre o papel da demanda efetiva como sustentadora do nível da atividade econômica,² ou seja, o aumento da demanda através de um aumento do fluxo de despesa do setor público. Por outro lado, na concepção keynesiana pura, o Estado atua mais como comprador de bens do que como produtor, exceto dos bens e serviços públicos ou semipúblicos (segurança, justiça, educação e outros).

Os pós-keynesianos, de origem francesa³, ampliam o conceito keynesiano puro e atribuem ao Estado a função de planejar o desenvolvimento da economia nacional. Um dos autores pertencentes a essa corrente, Alain Barrere, considera as razões que justificam o aumento das atividades estatais como ligadas a determinadas circunstâncias tais como: primeira guerra mundial, grande depressão, segunda guerra mundial e necessidade de desenvolver áreas estratégicas para o crescimento econômico. Nesse caso, inexistente critério para a criação de empresas estatais; elas são definidas posteriormente de forma empírica.

O campo teórico marxista inspirou diferentes abordagens sobre o Estado no capitalismo monopolista. Uma dessas correntes, representada por Sweezy, advoga que o Estado teria o papel de absorvedor do excedente, ou seja, o sistema capitalista tem uma tendência para gerar quantidades cada vez maiores de excedentes, e o papel do Estado seria o de sustentar a demanda, absorvendo esse excedente⁴. Entretanto essa teoria parece explicar o caso dos Estados Unidos onde o setor público age mais como comprador de bens, com vistas a absorver o excedente, do que como produtor.

Outra abordagem, dentre as diversas correntes de origem francesa, estabelece o papel do Estado como um freio à tendência decrescente da taxa média de lucro. Para essa concepção, o Estado assume as empresas com elevada composição orgânica do capital, e essas empresas atuam em setores básicos, ofertando seus bens e serviços a preços subsidiados ao setor privado. Assim, para essa corrente, o Estado facilita a criação do excedente, atuando, inclusive, como produtor de bens e serviços para o mercado.

² OLIVEIRA, Francisco de. Estado e ciência econômica: a contribuição da Economia para uma teoria do Estado. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2+3: 9-13, 1977.

³ L'HERITEAU, op. cit., nota 1.

⁴ OLIVEIRA, op. cit., nota 2.

No entanto, nas economias periféricas, a ação do Estado no campo econômico é determinada pela própria dinâmica do desenvolvimento capitalista, e a expansão das empresas estatais favorece esse desenvolvimento. Nesse sentido, o Estado desempenha funções estratégicas criando as condições necessárias que possibilitam o crescimento da economia.

No âmbito da atuação do Estado, na economia existem algumas questões específicas das empresas estatais que são importantes para melhor compreendê-las numa economia de mercado. Entre essas situa-se a ambigüidade inerente às empresas estatais.

Dessa forma, os conflitos existentes na empresa estatal decorrem de sua aparente contradição, atuando de um lado como aparelho de estado e de outro como organização produtiva. Enquanto aparelho de estado, as empresas estatais são levadas a ter objetivos sociais e políticos, ou seja, macroeconômicos.

Por outro lado, enquanto setor produtivo, as empresas estatais almejam lucros e possuem interesses de ordem particular, isto é, microeconômicos. Assim, a contradição que lhes é peculiar se revela no momento em que se exige delas um comportamento ambíguo. De um lado, atender aos interesses públicos que se vinculam ao seu papel de apoio à iniciativa privada e, de outro, necessitando apresentar eficiência à imagem das empresas privadas. Essa ambigüidade faz da empresa estatal um tipo particular de empreendimento com características próprias.

Em certas oportunidades, as empresas estatais podem obter vantagens por serem públicas, assim como desvantagens, uma vez que, para atenderem a objetivos públicos, seus interesses privados podem ser afetados. Desse modo, se por um lado as empresas estatais são de alguma maneira privilegiadas por fazerem parte do aparelho de Estado, por outro podem ser prejudicadas, quando lhes impuserem condições que favoreçam outros setores, em detrimento de seus próprios interesses.

Outra questão importante é o grau de autonomia permitido às empresas estatais. Em princípio, a autonomia de uma empresa estatal é sempre relativa, em virtude de sua dupla inserção na economia: no aparelho de Estado e no setor produtivo.

Abranches⁵ faz uma interessante divisão da autonomia da empresa estatal em diferentes planos: autonomia política, gerencial, de capital e financeira. A autonomia política refere-se à capacidade da empresa estatal em tomar decisões quanto à definição de seus projetos, sem interferência externa. A autonomia gerencial diz respeito ao grau de liberdade que a empresa estatal possui para administrar seus próprios empreendimentos. A autonomia de capital refere-se à liberdade que a empresa estatal tem para utilizar livremente seu excedente no que tange à diversificação de seu setor produtivo, ou mesmo ampliação de sua capacidade instalada. Enquanto a autonomia financeira ocorre à medida que a empresa aumenta sua receita operacional. A autonomia financeira é condição necessária, mas não suficiente, para a existência dos outros níveis de autonomia.

⁵ ABRANCHES, Sérgio Henrique. A questão da empresa estatal: economia, política e interesse público. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, FGV, 19(4):95-105, out./dez. 1979.

Um fator importante para a determinação da autonomia em qualquer nível é o tamanho relativo da empresa. Quanto maior a empresa, maior também será sua capacidade de influenciar as decisões de política econômica que lhe dizem respeito.

Ainda uma outra questão a destacar é a da eficiência e dos preços.

As empresas estatais que produzem excedentes, não obstante o controle de preços, aplicam-nos, em muitos casos, em setores diversificados. Essa atitude empresarial tem sua razão de ser à medida que são exigidos critérios de eficiência às empresas estatais nos mesmos moldes das empresas privadas. Dessa forma, as empresas estatais, com a preocupação de serem eficientes, passam a maximizar seus lucros, o que, conseqüentemente, permite maiores recursos para a expansão e diversificação. Essa nova "performance" das empresas estatais pode gerar contradições, uma vez que seus objetivos públicos podem ficar relegados a um segundo plano, em detrimento de seus objetivos particulares.

A política de preços adotada pelas empresas estatais não possui um comportamento homogêneo. As grandes empresas produtoras de insumos básicos e serviços de infra-estrutura possuem seus preços administrados. Esse controle nos preços pode provocar dificuldade para as empresas se autofinanciarem, ou pode reduzir a rentabilidade das mesmas, dificultando, em alguma medida, sua expansão.

Algumas empresas estatais podem ter seus custos cobertos pelos preços e outras necessitam de continuados aportes financeiros do Estado para continuarem operando. Com a redução do lucro, em decorrência dos preços administrados, é possível que a empresa diminua sua eficiência. A suposição de que as empresas estatais não devem visar ao lucro pode induzir muitas delas a evitá-lo. Dessa forma, a empresa, atuando sem lucro ou com prejuízo, subvenciona o consumidor de seus bens e serviços.

Após essa visão geral, os itens seguintes preocupar-se-ão, especificamente, com a ação das empresas estatais no Brasil.

II – Abordagem Histórica

A década de 30 representou um marco fundamental de transformações ocorridas na economia brasileira. A crise econômica internacional de 1929 refletiu-se no Brasil, no esgotamento do modelo agroexportador, e ensejou a necessidade de implantar um novo padrão de acumulação baseado na produção industrial (bens de consumo não duráveis), comandado pelo setor privado nacional. E, nesse processo conhecido como o de substituição de importações, o Estado passou a atuar de maneira mais relevante no domínio econômico. Nessa etapa (crise da economia agroexportadora e início da industrialização no Brasil), as empresas estatais surgem como algo novo, capaz de garantir a continuidade do processo de acumulação do capital privado.⁶ Dessa forma, pela necessidade de proteger a economia dos impactos externos, o Estado amplia o seu campo de atuação, favorecendo o processo de industrialização nascente. E a crescente industrialização passa a exigir maior intervenção do Estado na área produtiva.

⁶ ABRANCHES, op. cit., nota 5, p.96.

A partir da segunda guerra mundial, essa participação do setor estatal ficou mais evidenciada com o aumento do seu setor produtivo, tendo o Estado assumido diversos projetos em áreas básicas (Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, ACESITA, Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Com as vicissitudes da Guerra, o Estado viu-se impellido a assumir determinadas áreas, para eliminar pontos de estrangulamento, tendo em vista o desinteresse ou incapacidade financeira do setor privado. A ideologia nacionalista, atribuída por alguns autores como causa para a criação de empresas estatais, nesse período, não pode ser considerada por si só como explicação para esse fato. As próprias condições da época relacionadas com a Guerra e suas conseqüências a nível internacional, dificultando o abastecimento externamente, exigiram um maior esforço do Estado para atender aos pré-requisitos para a expansão industrial. É o caso do setor siderúrgico que só foi viabilizado pelo Estado depois de fracassarem as negociações para que o setor privado estrangeiro assumisse o risco, uma vez que o setor privado nacional não teria o aporte de capital suficiente. A decisão do Estado em implantar esse projeto com empréstimo externo colocou-se como única solução para impedir escassez e estrangulamento na utilização desse insumo⁷.

O monopólio estatal do petróleo, constituído no início da década de 50, foi levado adiante pela conjugação de vários motivos, entre os quais o de segurança nacional, a insuficiência de recursos por parte do setor privado para envolver-se num investimento dessa magnitude e a necessidade de assegurar o fornecimento desse produto, tendo em vista uma demanda potencial em crescimento. Aliada a esses fatores, estava embutida uma ideologia nacionalista que, nesse caso, representou grande peso no direcionamento da decisão. A realização desse projeto tornou-se fundamental para as condições de continuidade do desenvolvimento econômico nacional.

Quanto ao setor energético, diante da impossibilidade de importar-se esse insumo, da sua baixa lucratividade e do longo período de maturação, coube ao setor público levar à frente os grandes projetos dessa área, principalmente os relacionados com a produção de energia, cabendo, em alguns casos, ao setor estrangeiro sua distribuição.

A metade dos anos 50 marca um período de mudanças no padrão de acumulação com alteração da estrutura produtiva. Nessa época (Governo Kubitschek), ocorre uma expansão econômica, liderada, principalmente, pelo setor de bens de produção e bens de consumo duráveis.⁸ O setor produtivo estatal emerge significativamente através das diretrizes traçadas pelo Plano de Metas, possibilitando vários projetos na área de infra-estrutura (energia, transporte) e insumos básicos. Essa infra-estrutura seria condição prévia para que o setor privado se desenvolvesse, tornando-se também um dos fatores necessários para a instalação de empresas multinacionais no País. E essas empresas direcionaram seus investimentos para a indústria de bens duráveis, implementando diversos projetos

⁷ TORRES, João Carlos Brum. Referências teóricas para a análise da questão da estatização. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p.255.

⁸ A existência de indústria de bens duráveis numa economia subdesenvolvida demonstra uma concentração de renda à medida que são bens consumidos por uma elite.

na área. Como o setor de bens de capital não estava totalmente consolidado, os investimentos estrangeiros vieram de forma direta. As empresas multinacionais tiveram, ainda, uma série de vantagens para se instalarem no País, em termos de estímulos fiscais e facilidades para saída de lucros.

Essa abertura para o capital estrangeiro trouxe como consequência, nesse período (1956-60), a criação das bases para a internacionalização da economia brasileira, aumentando a dependência do País ao capitalismo mundial.

Alguns autores consideram esse período (fim do Governo Juscelino, 1956-60) como sendo o da passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo no Brasil. Nessa fase, não é mais possível uma auto-regulação da acumulação de capital, e a presença do Estado faz-se necessária, uma vez que a determina e faz parte integrante dela.⁹

Nesse período (1956-60), são implementadas empresas do setor produtivo estatal¹⁰ de porte elevado, geradoras de economias de escala e operando com margens de capacidade ociosa planejada. Isso faz com que as mesmas, depois de instaladas, sofram reduções de seus investimentos, o que conduz a uma certa descontinuidade em seus programas. Esse crescimento descontinuo da capacidade produtiva dos setores básicos ocorre, devido, em parte, à elevada densidade de capital e ao longo prazo de maturação desses investimentos.

Se, de fato, ocorreu um maior avanço do setor estatal nesse período, esse deveu-se, fundamentalmente, a um condicionamento necessário para a continuidade do processo de expansão capitalista, visto que a intervenção do Estado faz parte dessa dinâmica.

Os insumos básicos produzidos pelo setor estatal serão fornecidos a preços baixos para atrair o capital privado. E, a partir do momento em que as empresas estatais ofertam seus bens e serviços a preços administrados, terminam por perpetuar-se em suas áreas de atuação.¹¹ O setor privado, principalmente o estrangeiro, irá instalar-se em áreas mais lucrativas, sobretudo, a de bens duráveis.

A expansão verificada na segunda metade da década de 50 desembocou na formação de capacidade ociosa não desejada e em recrudescimento inflacionário no início dos anos 60. Como um dos fatores realimentadores da inflação era o crônico déficit orçamentário, e para esse estavam contribuindo os déficits das empresas estatais, foram liberadas suas ta-

⁹ MELLO, João Manoel Cardoso de. O Estado brasileiro e os limites da estatização. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra (2+3):14-6, 1977.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A intervenção do Estado no período recente. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra (2+3):25-7, 1977.

¹⁰ Entende-se como investimento do setor produtivo estatal um tipo de investimento diretamente vinculado à base produtiva pesada do sistema industrial (insumos básicos) conforme COUTINHO, Luciano. O setor produtivo estatal, autonomia e limites. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (2+3), 1977. p.28.

¹¹ CIPOLLA, Francisco Paulo. A estatização segundo Wilson Suzigan. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p.95-109.

rifas após 1964 (provocando a chamada inflação corretiva). Com as tarifas mais realistas, algumas empresas estatais começaram a obter lucro, atuando como empresas dentro dos moldes capitalistas. O que se verificou foi uma transformação nas empresas estatais que passaram a obter lucros e gerar seus próprios recursos. A exigência de uma maior lucratividade fez-se necessária, visto que as empresas estatais não poderiam se manter com as tarifas anteriores, uma vez que dependiam, em grande medida, de recursos oriundos do Estado (transferências extra-orçamentárias, subsídios, os quais realimentavam a inflação, pois implicavam emissão de moeda).

As empresas estatais nesta nova "performance" "ao invés, agora, de dependerem de recursos fiscais, elas concorrem não apenas no mercado de produtos, mas no mercado de capitais, o que agrava as condições do processo de concentração e contribui sobremaneira para a elevação dos custos do capital-dinheiro".¹²

Apesar de as grandes empresas estatais adotarem uma política tarifária real para aumentarem seus recursos próprios e se autofinanciarem, ressalte-se que essa liberação não se deu homogeneamente, pois alguns setores permaneceram com seus preços baixos. Um exemplo desse fato é a siderurgia que, devido a sua posição de estar articulada com as empresas produtoras de bens duráveis, para favorecer esse setor, se manteve numa política de contenção de preços. A fixação de preços num patamar muito baixo forçou as empresas estatais do setor siderúrgico a operarem com elevados níveis de endividamento.¹³

No período de 1968 a 1973 a economia cresceu baseada na considerável capacidade ociosa existente, sendo liderada pela produção de bens de consumo duráveis. Durante essa etapa, as empresas estatais tiveram um comportamento tipicamente capitalista, expandindo seus investimentos principalmente os setores elétrico e o de petróleo.

É importante destacar que as empresas estatais, mesmo se tornando lucrativas, ainda continuam transferindo parte de seu excedente ao setor privado, à medida que seus preços permanecerem controlados. De onde se conclui que as empresas estatais tratam, seguramente, não só de seus interesses enquanto setor empresarial, mas também continuam com a função de subsidiar o capital privado, via preços administrados.

No entanto as empresas estatais atuam em áreas que não são consideradas como capazes de iniciar um movimento de expansão, pois situam-se em setores intermediários. Nesse sentido, a ação do Estado no setor produtivo assume um caráter de complementaridade, à medida que funciona como elemento de apoio a outros setores, principalmente, ao setor de bens finais, capaz de liderar o crescimento industrial. Ao se concentrarem, nos setores básicos, as empresas estatais ficam submetidas à lógica do setor produtivo privado.¹⁴

¹² OLIVEIRA, Francisco de. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil - 1950-1976. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p.125.

¹³ COUTINHO, Luciano. O setor produtivo estatal e o ciclo. In: MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1977. p.72.

¹⁴ ABRANCHES, op. cit., nota 5, p.101.

Em 1967, através da reforma administrativa,¹⁵ ocorreu uma descentralização de certos setores que estavam a cargo da Administração Direta. Esse processo resultou em aumento do número físico das empresas estatais sem, no entanto, constituir-se em novas áreas de atuação, pois o que se verificou foi um rearranjo administrativo com objetivos explícitos de maior flexibilidade e eficiência.

A partir de 1970, o número de empresas estatais ampliou-se consideravelmente. Originaram-se, sem dúvida, de outro fenômeno ocorrido com as empresas estatais, sua diversificação e crescimento vertical. Com isso, várias empresas estatais, além de sua atividade-fim, passaram a atuar em numerosas atividades-meio, o que gerou um aumento significativo no número de empresas a cargo do Estado sem, no entanto, significar, necessariamente, novas áreas de atuação. Essas, chamadas subsidiárias das empresas estatais, geralmente se relacionam diretamente com a empresa responsável pela sua criação, exercendo atividades de apoio ou conexas. É preciso ressaltar que esse é um aspecto adstrito a algumas grandes empresas estatais. Isso ocorre visto que a condição "sine qua non" para a diversificação é que a empresa gere um excedente que possa ser aplicado em outras atividades, o que é mais usual nas empresas maiores. Essas empresas estão agrupadas em conglomerados ("holdings"), cujos principais são o de energia (ELETROBRAS), siderurgia (SIDERBRAS), petróleo (PETROBRAS) e mineração (Cia. Vale do Rio Doce).

No início dos anos 70, as empresas estatais também assumem uma nova dimensão ao se associarem com capitais privados nacionais e internacionais ("joint-ventures"). Essa aliança verifica-se tendo em vista a necessidade, para determinados projetos, de vultosos aportes de capital e de tecnologia moderna atendida pelo setor estrangeiro. O setor privado nacional contribui nessa associação com uma pequena parcela de capital, cabendo o maior risco ao setor estatal. A partir do momento em que o capital estrangeiro participa, é porque está visando a uma lucratividade nesse empreendimento, o que, conseqüentemente, reverte também para o setor estatal. E essas "joint-ventures" (empresas multinacionais, empresas estatais e empresas privadas nacionais) ocorrem, basicamente, com empresas do setor petroquímico.

A partir de 1974, uma nova estratégia é preconizada pelo II PND para o período de 1975 a 1979, projetando a expansão de insumos básicos e bens de capital. A partir desse ano, no entanto, prenuncia-se uma crise acompanhada de desaceleração econômica. As suas causas não se devem somente à elevação dos preços do petróleo seguida de modificações no mercado internacional. Uma interpretação¹⁶ para a crise é que, já a partir de 1973, começa a se manifestar declínio da taxa de acumulação do setor de bens duráveis. Esse declínio influencia os outros setores e ocorre num momento em que o setor de bens de capital estava ampliando sua capacidade instalada. A crise ocorreu devido à incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da demanda efetiva de bens duráveis (problema de realização dinâmica). No entanto, somente a partir de 1976 é que se manifesta retração dos projetos estatais, com o corte dos gas-

¹⁵ BRASIL. Leis, decretos, etc. **Decreto-lei nº 200**, de 25.02.67.

¹⁶ BELUZZO. Luiz Gonzaga de Mello e MELLO, João Manuel Cardoso de. Reflexões sobre a crise atual. **Escrita-Ensaio**, São Paulo. 1(2):17-21, 1977.

tos públicos. Nesse contexto, de crise generalizada nos diferentes setores, nos anos de 1975 e 1976, uma campanha antiestatização foi deflagrada, comandada por determinados setores nacionais e estrangeiros. A partir de 1975, com o decréscimo do produto, ocorreu o momento propício para essas manifestações. A causa desses conflitos parece estar na redefinição de vários projetos e na parte que caberá a cada um dos componentes do tripé. A partir do momento em que há uma crise, essas discussões sobre a quem caberão determinados projetos tendem a se acirrar. Uma vez que os projetos do II PND favoreceriam determinados setores estrangeiros e nacionais, deixariam de lado outros setores; daí a grita contra a estatização.¹⁷

À medida que as empresas estatais estão concentradas em áreas de insumos básicos e de infra-estrutura e em que o setor produtor de bens de capital depende da demanda exercida por elas, quando ocorre um decréscimo dos investimentos estatais, este afeta diretamente aquelas empresas que têm no setor estatal seu maior demandante. O setor de bens de capital contava com as encomendas do setor estatal e se preparara (aumentando seus investimentos) para uma demanda que não se efetivou de acordo com as estimativas do II PND.¹⁸

Assim mesmo, os investimentos das empresas estatais mantiveram-se crescendo devido aos seus recursos próprios para se autofinanciarem e a sua capacidade própria de obterem empréstimos externos e internos.

A partir de 1978, as empresas estatais sofreram cortes orçamentários (transferências do Estado) nos seus investimentos, o que as forçou a aumentarem as suas dívidas interna e externa.

Atualmente, a partir da criação da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST), vinculada à SEPLAN, as maiores empresas estatais possuem um controle mais rígido. Entre as atribuições da SEST estão: controlar os investimentos, fixando-os num determinado limite, a produtividade, o endividamento e a própria estrutura de produção das empresas estatais. A SEST controlará, inclusive, a aplicação de dividendos das empresas estatais, os quais eram administrados livremente por elas, e esses recursos serão utilizados pelo Tesouro com vistas a auxiliar na cobertura do déficit. A transferência desses recursos tem como um dos seus objetivos desaquecer o nível das atividades globais das empresas estatais. Essas empresas são responsáveis por uma parcela considerável da dívida externa¹⁹ e, sobre ela, haverá um controle mais efetivo. À medida que as contas externas se apresentam como um problema fundamental a ser resolvido, o controle sobre o endividamento das empresas estatais será efetivado através da fixação de limites para a captação de recursos externos. Essas medidas, como um todo, diminuem a autonomia das empresas estatais, vinculando-as muito mais ao aparelho de Estado.

¹⁷ TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 19(1):7-16, jan./mar. 1979.

¹⁸ LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. (Tese apresentada para concurso de professor titular da UFRJ, não publicada) 1978.

¹⁹ Em 1980, os juros e amortizações dos empréstimos externos das empresas estatais representaram 40% do total a pagar. Conforme artigo: DÍVIDA das estatais sob controle. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 nov. 1980. p.1.

III – Avaliação Quantitativa das Empresas Estatais

Nesta parte do estudo, procura-se medir a participação das empresas estatais no total das empresas brasileiras. A questão que se coloca é se realmente ocorreu um avanço do setor público empresarial. Tendo em vista esse objetivo, os indicadores utilizados para relacionar as empresas estatais com os outros componentes do tripê (empresas multinacionais e empresas nacionais privadas) serão, basicamente, o patrimônio líquido e o faturamento. Existem, porém, alguns aspectos que é preciso considerar. Na falta de um indicador mais apropriado, utilizar-se-ão os dados publicados pela revista *Visão* para os anos de 1970 e 1979, onde as empresas brasileiras são relacionadas a partir de determinado tamanho do patrimônio líquido, não abrangendo, assim, a totalidade das mesmas. Isso faz com que as empresas de tamanho menor dos diversos setores não sejam consideradas. Assim, não se estará medindo o tamanho real das empresas brasileiras, mas, a partir de uma amostra, situando a participação das empresas estatais.

Esse critério financeiro apresenta, ainda, outras limitações à medida que agrupa empresas heterogêneas. Existem empresas que, pela sua natureza, são tão diferentes que o agrupamento delas, por setores, não revela a verdadeira dimensão das empresas estatais. Algumas empresas, certamente, apresentam um peso maior, o que não será evidenciado através desta análise. A partir dos pressupostos acima, a análise quantitativa deve ser vista com cuidado, uma vez que as interpretações feitas dependem dos mesmos. Isso torna a análise sujeita a erros. Nesse sentido, ela é utilizada, sobretudo, para dar uma idéia do comportamento e dimensão das empresas estatais como um todo.

I – Evolução do Número Físico e Localização, por Setores, das Empresas Estatais

Observa-se, pelos dados do Quadro I, que até os anos 30 o número de empresas estatais era reduzido.²⁰ Até o início dos anos 50, esse número não se alterou significativamente; porém, na segunda metade dos anos 50, foram criadas mais empresas estatais do que em todos os períodos anteriores. Esse aumento deveu-se à produção de bens e serviços básicos, necessários à continuidade do desenvolvimento industrial capitalista empreendido nessa época.

Na segunda metade dos anos 60, surgiram várias empresas estatais, em virtude das modificações administrativas ocorridas, que transformaram em empresas alguns órgãos da Administração Direta ou Indireta. Aliado a esse fato, houve também aumento do número de subsidiárias das grandes empresas estatais²¹. Essas subsidiárias, geralmente, atuam em atividades de apoio ou como empresas conexas.

²⁰ QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. *Visão*, São Paulo, ago. 1976. O número de empresas relacionadas constitui-se numa amostra, pois não abrange a totalidade das empresas estatais do âmbito federal, estadual e municipal. Supõe-se, também, que as empresas com ano de criação não identificado tenham sido criadas a partir dos anos 60.

²¹ Exemplos deste fato são a PETROBRAS que possui atualmente 49 subsidiárias e a Companhia Vale do Rio Doce que possui 36; elas representam 16% do total das empresas estatais a cargo da União.

Esses dados demonstram, apenas, que o número físico de empresas estatais aumentou sem, no entanto, refletir um maior avanço da presença do Estado na área econômica. A elevação do número de empresas estatais não é o melhor indicador a ser utilizado para medir o grau de estatização na economia, à medida que não traduz nem o domínio econômico das empresas estatais, nem sua participação no mercado.

Quadro 1

Época da criação das empresas estatais

PERÍODOS	NÚMERO DE EMPRESAS
Até 1930	17
De 1931 a 1950	18
De 1951 a 1960	37
De 1961 a 1970	147
De 1971 a 1976	131
Não identificado	221
TOTAL	571

FONTE: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Visão, ago. 1976.

Considerando a amostra de 394 empresas estatais do levantamento efetuado pela revista Visão em 1980²² (Quadro 2), observa-se que em torno de 80% do total do patrimônio líquido dessas empresas se encontra na área de serviços de utilidade pública e serviços de transportes, armazenagem e outros. Na Indústria de Transformação, situa-se 17% do total da amostra. Os dados do quadro demonstram, ainda, que os setores restantes possuem uma representatividade pequena.

²² A Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST) relacionou 560 empresas somente a cargo da União no ano de 1980.

Quadro 2

Participação da amostra de empresas estatais por setores — 1979

SETORES	NÚMERO	PERCENTUAL NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Mineração	20	3,4
Indústria de Transformação	67	17,0
Agricultura	8	0,1
Construção e engenharia	12	0,1
Serviços de utilidade pública	195	35,5
Comércio	3	0,2
Serviços (transportes, armazenagem e outros)	89	43,7
TOTAL	394	100

FONTE: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Visão, ago. 1980.

2 — Participação das Empresas Estatais, Empresas Privadas Nacionais e Estrangeiras no Patrimônio Líquido e Faturamento

Através da análise dos dados de patrimônio líquido (Tabela 1) que demonstram o tamanho relativo dos três setores: estatal, privado nacional e estrangeiro e seu poder econômico verifica-se que: no ano de 1970, as empresas estatais se situavam, sobretudo, nos setores de mineração (61%), metalurgia (41%), química e petroquímica (49%) e serviços de utilidade pública (84%); em 1979, os setores de atuação das empresas estatais permaneceram, praticamente, os mesmos, e os percentuais relativos tiveram pequenas variações; o aumento mais significativo ocorreu no setor de serviços de utilidade pública que se elevou de 84% em 1970 para 98% em 1979.

As empresas privadas nacionais e estrangeiras destacam-se nos gêneros da Indústria de Transformação. As empresas multinacionais lideram, principalmente, nos ramos de Material de transporte (57%) e Fumo (96%). Quanto ao setor privado nacional, esse é preponderante em diversos setores, destacando-se no agrícola e construção e engenharia.

No intervalo entre 1970 e 1979, surgiram algumas novas empresas estatais nos ramos da Indústria de Transformação, porém, com pequena representatividade no total. A participação mais destacada foi no gênero produtos químicos e petróleo que se elevou de 49% em 1970 para 59% em 1979. Esse alto percentual relativo de aumento nesse gênero fez com que se elevasse a participação das empresas estatais no total da Indústria

de Transformação. Nesse ramo, destaca-se a PETROBRAS que se vem expandindo (decorrência do aumento de seus preços relativos) e os pólos petroquímicos implantados nos últimos anos. No ramo metalúrgico (siderurgia), o setor estatal detém uma parcela considerável apesar de ter decrescido, ligeiramente, de 41% em 1970 para 39% em 1979. Esse decréscimo pode estar refletindo a manutenção de uma política de contenção dos preços para esse setor, a qual não permite maior lucratividade. Essa limitação dos reajustes de preços impede a capitalização das empresas siderúrgicas.

No setor serviços, ainda se destacam as empresas estatais que apresentam posição preponderante tanto nos serviços de utilidade pública como nos serviços de transporte e armazenagem.

Agora, examinando os dados totais do patrimônio líquido²³ das empresas consideradas, observa-se que, em 1979, as empresas estatais representaram 51% do total, as empresas multinacionais 10%, e as empresas privadas nacionais 39%. Esses percentuais demonstram que as empresas estatais lideram em termos de patrimônio líquido.

Quadro 3

Participação percentual da amostra de empresas estatais, multinacionais privadas e nacionais no patrimônio líquido e faturamento — 1974-1979

TIPOS DE EMPRESAS	1974		1979	
	Patrimônio Líquido	Faturamento	Patrimônio Líquido	Faturamento
Empresas estatais	39	16	51	22
Empresas multinacionais	18	28	10	23
Empresas privadas nacionais	43	56	39	55
TOTAL	100	100	100	100

FONTE: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Visão, 1975 e 1980.

NOTA: O número de empresas da amostra foi levantado através da adoção de um piso mínimo para o patrimônio líquido, mantido constante em termos deflacionados.

²³ O patrimônio líquido abrange o capital social realizado mais as reservas, mais lucros ou menos prejuízos acumulados.

Essa expressiva participação das empresas estatais no patrimônio líquido justifica-se por elas se encontrarem em setores de alta densidade de capital. Esses setores exigem elevados aportes de capital e longo período de maturação de seus investimentos. Os motivos citados fazem com que o setor privado não tenha condições ou interesse em assumir esses empreendimentos. Ademais, as empresas estatais, geralmente, apresentam baixa rentabilidade se comparadas com os outros componentes do tripé (empresas estrangeiras e nacionais). Essa situação pode ser visualizada, observando-se a rentabilidade das 100 maiores empresas brasileiras (Quadro 4), onde se constata que o conjunto das empresas estatais possui a menor rentabilidade média (lucro líquido/patrimônio líquido) no período de 1968 a 1974, o que é explicado, em parte, pela sua alta densidade de capital e, também, pela manutenção de uma política de preços baixos.

As empresas estrangeiras apresentaram a maior rentabilidade média no período considerado e a elevaram em mais de 100%, de 8% em 1968 para 20% em 1974, enquanto as empresas estatais aumentaram de 6,7% para 11,3% nos anos respectivos.

É preciso ressaltar, ainda, que o conjunto das empresas estatais não é homogêneo, pois agrupa setores que apresentam índice de rentabilidade elevado e outros de rentabilidade baixa ou nula (por exemplo, transportes e saneamento). As empresas estatais, nesse último caso, favorecem o setor privado, uma vez que transferem parte de seu excedente a esse setor, via preços subsidiados, permitindo que o mesmo obtenha uma rentabilidade mais elevada.

Quadro 4

Rentabilidade das cem maiores empresas brasileiras — 1968-74

								(%)
EMPRESAS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	MÉDIA
Estatais	6,7	7,7	7,6	9,3	10,1	10,0	11,3	9,0
Nacionais ...	8,0	5,5	10,4	14,1	15,5	15,8	18,4	12,5
Estrangeiras.	8,1	9,7	14,8	18,3	19,4	20,1	20,4	15,8

FONTE: CIPOLLA, Francisco Paulo. *Proporções do Capitalismo de Estado no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasileira de Ciências, 1980. tab.8 p.43 (Estudos CEBRAP).

Por outro lado, o patrimônio líquido não representa a real medida da participação das empresas estatais no mercado. Essa participação no mercado é refletida através das vendas das empresas. Assim, considerando o total das vendas das empresas da amostra para o ano de 1979, observa-se que as empresas estatais detêm 22% desse total, enquanto as empresas

multinacionais detêm 23% e as empresas privadas nacionais, 55%. Dessa maneira, se comparados esses percentuais com os obtidos com relação ao patrimônio líquido, vê-se que ocorre o contrário, ou seja, as empresas estatais ocupam a última colocação em termos de total de vendas. O que se depreende dessa comparação é que, tratando-se de mercado, as empresas estatais não predominam apesar de apresentarem o maior patrimônio líquido, ou seja, as empresas estatais com relação ao seu capital investido apresentam um faturamento relativamente pequeno. Esse dado é constatado também através do Quadro 4, onde se observa que a rentabilidade média das empresas estatais é menor do que a das empresas nacionais e estrangeiras.

É preciso esclarecer, ainda, que a alta participação das empresas privadas nacionais no total do faturamento está diluída em milhares de empresas, representando uma influência menor do que aparenta. Na verdade, as empresas privadas nacionais, apesar de serem em maior número na economia brasileira, o seu poder individual no mercado é mais limitado, com exceção de algumas empresas que se sobressaem no cenário nacional. Assim, a maior concentração das empresas estatais e empresas multinacionais favorece essas últimas, em termos de influência no mercado, pois situam-se em setores oligopolizados. Complementando essa idéia, ao considerar-se somente as 200 maiores empresas pelo patrimônio líquido, verifica-se que 87 empresas estatais detêm 47% do faturamento, enquanto 39 empresas multinacionais dominam 31% do mercado, e os restantes 22% ficam a cargo das empresas privadas nacionais.

Fazendo-se uma comparação (Quadro 3) entre o ano de 1979 e o de 1974, com relação ao patrimônio líquido e ao faturamento das empresas estatais, empresas multinacionais e empresas privadas nacionais, pode-se constatar que o aumento de participação das empresas estatais no faturamento de 16% para 22% deve-se, principalmente, ao aumento de participação relativa em termos de seu patrimônio líquido de 39% para 51%²⁴; com relação às empresas multinacionais, se é verdade que houve uma pequena redução da participação relativa de seu faturamento de 28% para 23%, deve-se chamar a atenção, por outro lado, para o decréscimo de sua participação relativa em termos de patrimônio líquido, em quase 50%, de 18% para 10%, contrastando com o que ocorreu com relação às empresas estatais; com relação às empresas privadas nacionais, observa-se que houve uma pequena redução de sua participação relativa no faturamento, de 56% para 55%, e decréscimo do patrimônio líquido, de 43% para 39%; apesar de as empresas estatais terem aumentado sua participação no mercado não se deve esquecer que essas se situam, sobretudo, no setor de bens intermediários, o que significa fornecer insumos para as outras empresas.

Por outro lado, examinados os setores onde atuam as empresas no mercado e utilizando, para isso, dados²⁵ que agrupam as 20 maiores empresas, em termos de vendas, por setores (Tabela 2), constata-se que as empresas estatais predominam nos setores de mineração, siderurgia, química e

²⁴ Deve-se levar em conta que, deste percentual, cerca de 21% está a cargo de apenas três "holdings" PETROBRAS, ELETROBRAS, Companhia Vale do Rio Doce, e no faturamento 23% do total pertence a uma única empresa: a PETROBRAS.

²⁵ MELHORES e maiores - EXAME, São Paulo, ABRIL-TEC, 1977/1979.

petroquímica e serviços de utilidade pública, ou seja, setores de insumos básicos; essa hegemonia não se modificou no período de 1976 a 1978, ocorrendo apenas ligeiras alterações percentuais; as empresas privadas nacionais lideram, sobretudo, nos setores de confecções, editorial e gráfica, ou seja, indústrias tradicionais, e as empresas estrangeiras atuam nos setores de bens duráveis, ou seja, em setores mais dinâmicos.

A partir dessa amostra, o que se observa é que as empresas estatais se encontram, sobretudo, nos setores de insumos básicos e serviços de utilidade pública, atuando muito mais como complemento ao capital privado do que com ele competindo. Desse modo, o papel atribuído às empresas estatais é o de fornecer os insumos básicos necessários ao desenvolvimento capitalista.

À medida que a maior concentração de empresas estatais se situa em setores básicos, a tão comentada estatização da economia brasileira não vai além de uma atuação em setores geradores de economias externas para o setor privado.

Tabela 1

Participação percentual, por setores, das empresas estatais, empresas multinacionais e empresas privadas nacionais no patrimônio líquido — 1970-1979

SETORES	1970				1979			
	EP(1)	EMN(2)	ENP(3)	TOTAL	EP	EMN	ENP	TOTAL
Mineração	61,3	3,6	35,1	100,0	61,5	4,7	33,8	100,0
Indústria de Transformação	22,6	22,7	54,7	100,0
Minerais não-metálicos	0,8	31,4	67,8	100,0	1,2	29,6	69,2	100,0
Metalurgia	41,5	12,0	46,5	100,0	38,9	11,1	50,0	100,0
Mecânica	-	60,0	40,0	100,0	2,3	36,0	61,7	100,0
Material elétrico	-	57,3	42,7	100,0	-	39,2	60,8	100,0
Material de transporte	3,0	65,0	32,0	100,0	5,7	57,5	36,8	100,0
Madeira, móveis	-	10,4	89,6	100,0	4,1	9,2	86,7	100,0
Borracha	-	69,0	31,0	100,0	-	44,2	55,8	100,0
Couro e produtos de couro	-	5,2	94,8	100,0	-	13,3	86,7	100,0
Produtos químicos farm. petróleo	49,0	25,0	26,0	100,0	58,9	20,9	20,2	100,0
Têxteis	-	12,0	88,0	100,0	0,5	10,5	89,0	100,0
Produtos alimentícios	-	18,6	81,4	100,0	0,9	13,8	85,3	100,0
Bebidas	-	47,6	56,4	100,0	0,1	6,7	93,2	100,0
Fumo e produtos de fumo	-	95,5	4,5	100,0	-	96,4	3,6	100,0
Editorial e gráfica	-	3,3	96,7	100,0	9,0	2,2	88,8	100,0
Outras indústrias	-	39,0	61,0	100,0	-	41,0	59,0	100,0
Agricultura	-	3,0	97,0	100,0	2,8	2,7	94,5	100,0
Construção e Engenharia	1,0	2,0	97,0	100,0	2,5	3,8	93,7	100,0
Serviços de Utilidade Pública	84,3	9,8	5,9	100,0	98,3	0,0	1,7	100,0
Comércio	0,4	12,0	87,6	100,0	3,1	7,3	89,6	100,0
Serviços	77,0	4,3	18,7	100,0
Transporte e Armazenagem	73,0	1,0	26,0	100,0	91,4	0,3	8,3	100,0
Outros serviços	2,0	9,0	89,0	100,0	66,5	7,2	26,3	100,0

FONTE: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Visão, 1976 e 1980.

(1) EP — Empresa pública. (2) EMN — Empresa multinacional. (3) ENP — Empresa nacional privada.

Tabela 2

Participação relativa das empresas privadas nacionais, estrangeiras e estatais nas vendas das 20 maiores empresas de cada setor — 1976-1978

SETORES	1976			1978		
	Nacionais	Estrangeiras	Estatais	Nacionais	Estrangeiras	Estatais
Predomínio Nacional						
Construção civil	95,5	4,5	-	100,0	-	-
Editorial e gráfica	100,0	-	-	...	-	-
Supermercados	91,5	8,5	-	98,3	1,7	-
Madeira e móveis	97,2	2,8	-	97,4	2,6	-
Confecções	95,6	4,4	-	96,9	3,1	-
Revenda de veículos	96,1	3,9	-	96,7	3,3	-
Agropecuária	95,3	-	4,7	94,7	-	5,3
Comércio varejista	87,8	12,2	-	90,0	10,0	-
Construção pesada	81,8	15,4	2,8	88,7	8,5	2,8
Publicidade	75,7	24,3	-	73,8	26,2	-
Alimentos	57,5	32,5	10,0	66,6	33,4	-
Papel e celulose	79,2	20,8	-	59,9	32,9	7,2
Minerais não-metálicos .	56,7	43,3	-	58,0	42,0	-
Predomínio Estrangeiro						
Comércio atacadista	46,3	50,1	3,6	41,4	42,2	16,4
Máquinas e equipamentos .	40,6	59,4	-	41,5	48,8	9,7
Material de transporte .	30,8	58,8	10,4	37,7	53,6	8,7
Autopeças	36,3	63,7	-	45,2	54,8	-
Distribuição de petróleo	11,8	61,2	27,0	11,0	60,8	28,2
Eletroeletrônica	22,1	77,9	-	33,6	66,4	-
Têxtil	29,4	70,6	-	31,8	68,2	-
Higiene e limpeza	24,6	75,4	-	27,2	72,8	-
Plástico e borracha	23,6	74,1	2,3	21,5	76,1	2,4
Bebidas e fumo	36,2	63,8	-	23,6	76,4	-
Farmacêutico	-	100,0	-	15,6	84,4	-
Material de escritório .	15,6	84,4	-	13,8	86,2	-
Automobilístico	0,2	99,8	-	0,6	99,4	-
Predomínio Estatal						
Serviços de eletricidade	-	29,1	70,9	-
Química e petroquímica .	4,3	19,6	76,1	5,0	15,8	79,2
Siderurgia	29,0	8,2	62,8	27,1	7,9	65,0
Mineração	28,7	8,0	63,3	29,5	12,0	58,5
Serviços de transporte .	49,7	-	50,3	49,6	-	50,4

FONTE: MELHORES e maiores. *Exame*, São Paulo, ABRIL-IEC, 1977 e 1979.

Apesar das reclamações dos empresários privados com o avanço da atividade empresarial do Estado, esse ocorre, fundamentalmente, para dar continuidade ao processo de acumulação do capital privado. O Estado não está interessado em refrear a iniciativa privada. A sua atuação no domínio econômico ocorre virtualmente na área de insumos, uma vez que o Estado age propiciando as condições básicas para o desenvolvimento dos projetos industriais privados.

IV – Conclusões

No caso brasileiro, é preciso ter claras as principais modificações ocorridas na economia. A primeira, com a passagem de uma economia agro-exportadora para a industrialização de bens de consumo não duráveis, nos anos 30, onde o Estado, na sua função anticrise, acaba por intervir, favorecendo esse processo. A segunda, na metade dos anos 50, com a passagem para um novo padrão de acumulação baseado na produção de bens de produção e bens de consumo duráveis. Nesse processo, o Estado assume importante papel na constituição de indústrias básicas e de infra-estrutura, necessárias à continuidade do processo de acumulação de capital.

A existência de empresas estatais no Brasil, no período analisado (pós 30), teve como condicionante principal propiciar as bases fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a intervenção do Estado na área econômica fez-se necessária como decorrência da própria dinâmica de acumulação capitalista. Assim, a criação e aumento das empresas estatais fazem parte dessa dinâmica e expressam uma forma de regulação da economia de que dispõe o Estado.

O que se depreende deste estudo é que as empresas estatais assumem as áreas que necessitam elevados aportes de capital, as quais o setor privado não tem interesse ou condições de assumir.

Dessa forma, as empresas estatais estão atuando muito mais como suporte para as empresas privadas do que com elas competindo, uma vez que os grandes investimentos estatais situam-se em áreas de insumos básicos e de infra-estrutura, as quais procuram eliminar os pontos de estrangulamento da economia.

Além disso, as empresas estatais continuam atuando, praticamente, nas mesmas áreas (insumos básicos e infra-estrutura) no período considerado (pós 1930), com algumas exceções, como é o caso dos pólos petroquímicos que se constituem numa atividade mais recente.

As empresas estatais apresentam, em geral, baixa rentabilidade, uma vez que transferem parte de seu excedente, via preços subsidiados, ao setor privado, permitindo maior rentabilidade a esse último.

Por outro lado, as empresas privadas, em especial as estrangeiras, situam-se em setores que apresentam maior rentabilidade, ou seja, naqueles mais dinâmicos da economia.

Dentro desse quadro, as distorções que, porventura, possam existir decorrem muito mais de aspectos políticos inerentes a um determinado momento histórico do que de razões de ordem técnica.

Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. A questão da empresa estatal: economia, política e interesse público. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 19(4): 95-105. out./dez. 1979.
- BAER, Werner et alii. As modificações do papel do Estado na economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 3(4):727-53, dez. 1976.

- BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A intervenção do Estado no período recente. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (2+3):25-27, 1977.
- COUTINHO, Luciano. O Setor produtivo estatal, autonomia e limites. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (2+3):28-33, 1977.
- DAIM, Sulamis. Aspectos do investimento empresarial do estado brasileiro: 1969-1975. In: ANPEC. III encontro nacional de economia. Atibaia, 1979, v.1.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 anos de economia gaúcha: análise do setor público no RS*. Porto Alegre, 1980. v.6, t.1.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro, 1978, (Tese apresentada para o Concurso de Professor Titular da UFRJ, não publicada).
- L'HERITEAU, Marie-France. *Porquoi des entreprises publiques?* Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MARTINS, Luciano. Estatização da economia ou privatização do estado. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (2+7):30-37, 1978.
- MELHORES e maiores. *Exame*. São Paulo, ABRIL-TEC, 1977/1979.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. O Estado brasileiro e os limites da estatização. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra (2+3): 14-16, 1977.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. & BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. *Escrita-Ensaio*. São Paulo, 1(2):
- QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Visão, 1976 e 1980.
- REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro, Secretaria de Economia e Finanças, v.37, n.332, out./dez. 1977.
- SHERWOOD, Frank (org.). *Empresas Públicas: textos selecionados*. Rio de Janeiro, FGV, 1964.
- TAVARES, Maria da Conceição & BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 19(1):7-16, jan./mar. 1979.
- VIEIRA, José Paulo C. Padrões de atuação, controle organizacional e político das empresas públicas no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 19(2): 65-85, abr./jun. 1979.